

CIDADANIA E COMUNICAÇÃO NA CRISE DO MILÊNIO: os desafios da comunidade acadêmica no espaço lusófono*

CITIZENSHIP AND COMMUNICATION IN THE MILLENNIUM CRISIS: challenges for the lusophone academic community

José Marques de Melo **

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
marquesmelo@uol.com.br

Resumo:

Refletindo sobre as implicações da ordem mundial que se impôs na esteira da Guerra Fria, o autor localiza a questão no espaço lusófono dentro do universo ibero-americano, propondo estratégias para fortalecer as identidades nacionais/regionais e lograr participação soberana na comunidade mundial de ciências da comunicação.

Palavras-chave: comunicação; cidadania; globalização; lusofonia; academia.

Abstract:

By evaluating the “new world order” effects generated by Cold War, the author includes the Lusophonian space in the Ibero-American framework. He presents

* Versão atualizada do texto apresentado ao “IAMCR 2010 Braga Conference”, na sessão plenária do dia 21 de julho de 2010, dedicada ao tema “Comunicação, Lusofonia e Cidadania” e publicado com o título “Citizenship and Communication in the Millennium Crisis: Challenges in the academic community in Lusophone space”. In M. Pinto & H. Sousa (org.) (2011). *Communication na d Citizenship: Rethinking Crisis and and Change* (pp. 85-92). A primeira versão em português foi publicada em *Comunicação & Sociedade*, 53, jun. 2010: 5-28.

** José Marques de Melo é professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista, diretor da Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação Regional de São Paulo, professor emérito da Universidade de São Paulo e Presidente da Socicom – Federação Brasileira das Associações de Ciências da Comunicação. Foi presidente da ALAIC – Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (1989-1992), vice-presidente da IAMCR – International Association for Media and Communication Research (1992-1996), presidente da Lusocom – Federação Lusófona das Associações de Ciências da Comunicação (1998-2002), presidente da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (2005-2008), e também presidente da Confibercom – Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (2009-2011).

strategic tools in order to strengthen national or regional identities and to encourage autonomous participation in the world forum of communication scholarship. *Keywords:* communication; citizenship; globalization; lusophony; scholarship.



Crise do milênio

Refletir politicamente sobre as alternativas da cidadania para enfrentar as turbulências da globalização significa tomar como referência o “inevitável choque das civilizações” (Huntington, 1995) na conjuntura em que a “nova ordem mundial” se impôs na esteira da Guerra Fria.

O estadista português Mário Soares tem clareza dessa “crise do milênio”, sugerindo que “a falta de instituições mundiais capazes de enquadrar as profundas transformações que estão em curso” vem fomentando a renúncia aos “valores” culturais dos povos, em função da perda de “confiança no futuro” (Cardoso e Soares, 1998).

O que fazer para enfrentar a situação? Eric Hobsbawm (1995: 13) adverte que “um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX” tem sido “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas”. Sua explicação é contundente. “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer ligação orgânica com o passado público da época em que vivem.”

A principal consequência disso é a “despolitização” das sociedades nacionais. “No fim do século, um grande número de cidadãos se retirava da política”, enfraquecendo a “identificação coletiva com seu país”, a não ser por intermédio dos “esportes nacionais, de equipes e símbolos não-políticos” (Hobsbawm, 1995: 558).

Se o século XX simbolizou a “era dos extremos”, cuja duração foi da Primeira Guerra Mundial ao fim da Guerra Fria, ou melhor, de 1914 a 1991 (*Ibidem:* 13), a “era multicivilizacional” vaticinada para o enigmático século XXI (Huntington, 1997: 18) está sendo encarada com ceticismo e desalento.

Globalização

Apesar da capilaridade do vocábulo e da popularidade do fenômeno, o conceito de globalização continua a provocar controvérsia no ambiente intelectual. Ortiz (1994: 7) explica que a “emergência de uma sociedade global” ainda não encontrou legitimidade no pensamento acadêmico porque “as ciências sociais parecem se intimidar diante de um objeto desta magnitude”.

Hachten (1987: 9) entende que a globalização é fruto da “revolução tecnológica” responsável pela circulação instantânea das notícias em todo o planeta. O jornalista norte-americano diz que o fenômeno teve início no dia 20 de julho de 1969, quando “um número estimado de 600 milhões de pessoas em todo o mundo viram como Neil Armstrong dava o primeiro passo sobre a lua”.

Mattelart (2005: 19-25) diverge, afirmando que a mundialização é produto da “cultura do espetáculo” inaugurada em 1889 pela *Exposição Universal de Paris*. A encenação feita pelo “jornalista Crawford, auxiliado pelo ator Note Salisbury, da trupe de Buffalo Bill, com seus *peles vermelhas* e seus búfalos”, tornou-se “capa do número de 22 de junho do semanário *L’Illustration*”, despertando a curiosidade pública para o excêntrico, bizarro ou diferente.

Na literatura brasileira, a questão é matizada por variáveis de natureza metodológica. Numa perspectiva histórica, Andrade assegura que

a globalização é apenas uma fase da evolução do capitalismo, iniciada com a expansão européia no mundo, a partir do século XV, e ainda não concluída. (...) A globalização procura se aprofundar eliminando resistências e dominando paulatinamente a superfície da Terra. (Andrade, 2002: 30-31)

Do ponto de vista antropológico, “a globalização é um fenômeno emergente, um processo ainda em construção”, pressupondo “distanciamento” para “o entendimento da mundialização da cultura” (Ortiz, 1994: 15-21). Expressando a posição da sociologia, Ianni diz que

a globalização está presente na realidade e no pensamento, desafiando grande número de pessoas em todo o mundo. A despeito das vivências e opiniões

de uns e de outros, a maioria reconhece que esse problema está presente na forma pela qual se desenha o novo mapa do mundo, na realidade e no imaginário. (Ianni, 1995: 11)

Também esse é o ponto de partida da economia política para evitar a “fetichização do fenômeno”, de acordo com a ótica da “ideologia neoliberal”, pois, como reivindica Bolaño (1999: 73), a “chamada globalização é um elemento da atual transformação do sistema capitalista em âmbito mundial”.

Não podemos absolutamente perder de vista o papel que, nesse processo, desempenha a comunicação (Martins, 2011, 2014), cujas técnicas e suas práticas implantam-se progressivamente sobre o conjunto do planeta ou quase, acompanhando a generalização do capitalismo. Vale a pena insistir, como o faz Miége (1999: 13), que “a comunicação, evidentemente, corresponde a um movimento largamente transnacional, e eis por que não se hesita (...) em considerar que ela participa da tendência à globalização”.

Mas a comunicação não opera no vazio e não raciocina abstratamente. Trata-se de um fenômeno espacialmente localizado, cuja dinâmica depende de fatores geoeconômicos ou socioculturais, de natureza local, nacional ou regional.

Impõe-se a esta altura a questão principal: Como tais variáveis se configuram no espaço lusófono?

Lusofonia

Lusofonia é um conceito polissêmico, que significa “espaço geolinguístico” ou “memória de um passado comum”, mas também abarca as ideias de “sentimento”, “cultura”, “história partilhada”, “patrimônio simbólico”. Trata-se, rigorosamente, de uma “construção complexa”, como preferem dizer Moisés de Lemos Martins e seus colegas da Universidade do Minho (Martins, Sousa, Cabecinhas, 2007: 309).

Inventariando os significados correntes, Pim e Kristensen (2007: 311) sugerem que lusofonia é uma “ideia mágica”, não indo além da compreensão determinada pela língua portuguesa, exatamente por se tratar de um “continente imaterial disperso pelo mundo”.

Numa prévia exploração desse espaço lusófono, já havíamos esboçado um sentido peculiar, com a etiqueta apropriada: “comunidade cultural sem fronteiras físicas”.

Seus integrantes não desfrutam de contigüidade territorial, como ocorre nas tentativas contemporâneas de nucleação econômica. Trata-se de um agrupamento cimentado por motivações nitidamente comunicacionais, sem dúvida alentadas pela pujança da indústria cultural lusófona, cujos produtos estão circulando no triângulo Brasil-Portugal-Palops. Mas também estão presentes em todas as partes do mundo atual, difundidos pelos circuitos audiovisuais, preservando as rotas Norte-Sul dos pioneiros navegadores lusitanos, porém abrindo novos horizontes nos rumos Sul-Norte e Sul-Sul. (Marques de Melo, 1995: 22)

Herança do pós-colonialismo, a ideia de lusofonia remete a duas esferas distintas: a mítica – configurando um “fenômeno discursivo de representação social com uma lógica social específica” (Pim & Kristensen, 2007: 312) – ou a pragmática – “subordinada a funções práticas e orientada para a produção de efeitos sociais” (Martins, 2006: 82).

Dentre os efeitos vislumbrados pelo Grupo do Minho está o “combate simbólico” ensejado pela globalização em espaços periféricos como são os casos de Moçambique e Timor-Leste. No primeiro, Moçambique defronta-se com um tensão entre duas possibilidades: integrar-se ao espaço lusófono ou ao espaço anglófono. No segundo caso, Timor vacila entre três caminhos de “vida imaginária”: o lusófono, o anglófono e o indonésio (*Ibidem*).

Não se pode negar que estamos revivendo aquela utopia luso-tropical acalentada por intelectuais brasileiros, portugueses e africanos, desde o início do século passado. Sem pretender exclusivismo, creio que aos brasileiros Silvio Romero e Gilberto Freyre coube o mérito de empunhar pioneiramente a bandeira da lusofonia. Romero (1902) propôs um bloco linguístico, retomado por Silvio Elia (1989) e Freyre (1937) uma frente cultural, atualizada por Chacon (2002).

Tais projetos embasaram a constituição da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1989), que vem mobilizando a vontade política dos Estados nacionais. A avaliação do primeiro decênio de atividades põe em relevo sua “incipiência” e “dispersão” como consequência dos “cami-

nhos diferenciados” e dos “processos de maturação política” vigentes em cada um dos Estados membros (Pim & Kristensen, 2007: 319). De qualquer maneira, o movimento por ela desencadeado motivou a criação de várias instituições que estão fortalecendo a lusofonia em frentes culturais (como é o caso do Instituto Camões) e acadêmicas (como, por exemplo, a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação).

Além dos onze congressos realizados no período 1997-2014 – Lisboa (1997), Aracaju (1998), Braga (1999), São Vicente (2000), Maputo (2002), Covilhã (2004), Santiago (2006), Lisboa (2009), São Paulo (2011), Lisboa (2012) e Pontevedra (2014) – esta federação vem publicando regularmente, desde 2003, o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, um repositório expressivo da produção acadêmica da comunicação, no Brasil, Portugal e Galiza, e também nos países africanos de Angola, Moçambique e Cabo Verde¹.

Cidadania

Filhos diletos da modernidade, cidadania e utopia são conceitos que brotaram de uma mesma conjuntura histórica. Trata-se de produtos das “liberdades urbanas”, que Braudel (1989: 297-299) identifica como responsáveis pelo “primeiro surto desenvolvimentista” europeu. Quando as cidades começaram a sofrer ameaças regulatórias por parte dos Estados “modernos”, a cidadania foi sendo conquistada em meio a “tensões sociais” e “lutas de classes”, gerando situações de incertezas. Esses movimentos pendulares da vida cotidiana certamente motivaram Thomas Morus a satirizar as contradições da sua época. Concebendo a utopia como ilha imaginária, ele tornou a felicidade patrimônio coletivo.

Não obstante tenha sido contemporâneo do artífice do fenômeno social que hoje conhecemos pelo neologismo *mídia* (Marques de Melo, 2005: 13-22), o criador da utopia não viveu o suficiente para conhecer *A Galáxia de Gutenberg*. Mas se tivesse atravessado o portal do universo tipográfico, certamente desejaria recolher-se ardentemente ao seu refúgio utópico, tamanho o impacto provocado pela imprensa nos pilares da

1 Tanto para o que respeita a Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação (Lusocom), como para o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, ver: <http://www.lusocom.org/>

sociedade. Refletindo a intrepidez de cidadãos forjados pelo nacionalismo, pelo individualismo e pelo espírito de crítica (McLuhan, 1972), a geografia europeia expandiu suas fronteiras além-mar e a história intelectual percorreu caminhos infinitos.

Os detentores do poder, nos emergentes Estados nacionais, trataram de refrear o ímpeto da cidadania, da mesma forma que os guardiães da doutrina, no precursor Estado multinacional (Igreja Católica), não hesitaram em frear o poder revolucionário da imprensa. E as nefastas consequências da engrenagem inquisitorial perduraram durante séculos. Foram neutralizadas apenas quando a cidadania se tornou hegemônica nos Estados regidos pela democracia representativa, fortalecida pelo ideário republicano.

“O século que viu Colombo, viu Gutenberg também”, proclamou retoricamente Castro Alves (1870) no poema “O livro e a América”. Mas a coincidência foi mero acidente histórico, advertiu imediatamente o poeta: isso ocorreu “por uma fatalidade. Dessas que descem de além”. Tanto assim que o itinerário da mídia impressa no continente desbravado por Colombo obedeceu a uma sequência plenamente articulada com o percurso aqui desenvolvido pela urbanização e pelo fortalecimento da *cidadania* (Marques de Melo, 2003: 59-85). Os prelos madrugaram nos territórios conquistados pelo Império Castelhana (1533), onde os colonizadores reproduziram as condições de vida desfrutadas pelos *cidadãos* que habitavam os burgos da metrópole ibérica. Eles floresceram mais tarde (1638), no espaço ocupado pela Coroa Britânica, justamente quando se intensificou a migração de comunidades religiosas. Elas construíram a malha urbana das colônias agroindustriais, onde as *práticas cidadãs* aceleraram o processo de autonomia nacional. Fenômeno contrastante ocorreu na vastidão territorial da Colônia Lusitana, onde a mídia impressa foi retardada durante três séculos (1808), como decorrência da incipiente urbanização e da consequente *ausência de cidadania*, entre outros fatores de natureza sociocultural.

Não é sem razão que Paulo Freire (1966) deplora o “mutismo do homem brasileiro”, resultante da nossa inexperiência democrática durante o regime colonial.

O Brasil nasceu e cresceu sem experiência de diálogo. De cabeça para baixo, com receio da Coroa. Sem imprensa. Sem relações. Sem escolas. Doente. Sem

fala autêntica. (...) Entre nós (...) o que predominou foi o mutismo do homem brasileiro. Foi a sua não-participação na solução dos problemas comuns. Faltou-nos, na verdade (...), vivência comunitária. (Freire, 1966: 66-70)

Desprovido de suportes midiáticos e destituído de referentes simbólicos que habilitassem ao ingresso em *A Galáxia de Gutenberg*, o povo brasileiro foi criando a própria mídia (artesanal, arduosa, criativa). Trata-se do embrião da mídia cidadã, que ganharia densidade, mas não necessariamente legitimidade, na fase posterior à independência nacional. Luiz Beltrão (1967) denominou “sistema de folkcomunicação” ao conjunto dessas manifestações populares. Na verdade, elas permanecem vivas até os dias atuais, coexistindo dialeticamente com o “sistema de comunicação massiva”.

As classes populares têm, assim, meios próprios de expressão e somente através deles é que podem entender e fazer-se entender. Tais meios são, ainda em grande parte aqueles mesmos que lhe serviram na fase da Independência: a literatura oral, com os cantadores, as histórias e anedotas, os romances cheios de moralidade e filosofia; o jornalismo ambulante dos caixeiros-viajantes, dos choferes de caminhão, dos frades e padres missionários ou dos vigários nas “desobrigas”, dos passadores-de-bicho de engenho a engenho enchendo as “poules” e conversando fiado, dos canoieiros do São Francisco, do Amazonas e seus afluentes; ou a literatura escrita, com os folhetos de romances ou paródias de orações católicas, os almanaques de produtos farmacêuticos, os calendários e folhinhas, os livros de sorte, publicações periódicas e avulsas impressas em prelos manuais; ou, ainda, a linguagem simbólica e eloquente dos autos e entretenimentos, que se praticam nas festas religiosas e cívicas, no São João, no Natal, durante o tríduo de Momo ou nos aprontes de marchas dos blocos ou de sambas das escolas das favelas, nos candomblés e xangôs, na Semana Santa. E também pela “fala” explícita das peças de artesanato, de esculturas, de quadros, de móveis e utensílios rústicos. (Beltrão, 2003: 125)

Essa simultaneidade de sistemas midiáticos, um massivo (hegemônico) e outro popular (contrahegemônico), configura paradoxo que desafia, no espaço acadêmico, os pesquisadores da área de comunicação.

Academia

Tais referências ao mundo acadêmico suscitam a questão da inserção da comunidade lusófona na comunidade mundial das ciências da comunicação como bloco culturalmente identificado. Sabemos que foi lenta a constituição do campo científico da Comunicação, tendo como pano de fundo as convergências e as tensões entre os saberes profissionais, o pragmatismo empresarial, as estratégias governamentais e a investigação acadêmica.

Mas o processo de constituição de uma comunidade acadêmica mundial área de conhecimento da Comunicação só emergiu no período posterior à Segunda Guerra Mundial, contaminada evidentemente pela dinâmica da Guerra Fria. Desde a fundação da IAMCR (*Internacional Association for Media and Communication Research*), em Paris, em 1957, foi-se gerando a tensão entre investigação básica e investigação aplicada, entre os saberes profissionais e a reflexão crítica dos processos mediáticos.

O mundo lusófono se fez representar na fundação da entidade por meio do brasileiro Danton Jobim. Dois fatores contribuíram para essa presença histórica. Primeiro, a circunstância de ser francesa a vanguarda que pugnou pela criação dessa entidade. Fernand Terrou e Jacques Kayser, artífices da nossa comunidade, eram cientistas sociais valorizados pela Unesco e por ela foram induzidos a criar a AIERI – *Association Internationale des Études et Recherche sur l'Information*. Segundo, Danton Jobim integrava o círculo dos pesquisadores estrangeiros prestigiados pelo Instituto Francês de Imprensa, onde ele estivera no primeiro semestre de 1957 para ministrar um curso que logo virou livro, despertando o interesse para a natureza do jornalismo praticado na imprensa lusoamericana. Foi natural que seu nome fosse incluído na lista dos professores convidados para comparecer ao evento fundacional da nova associação.

Entretanto, os primeiros congressos internacionais registraram escassa participação lusófona, tendo em vista a escalada dos regimes ditatoriais no Brasil e em Portugal. Essa presença só iria ser fortalecida no bojo da democratização de ambos os países. O congresso de Barcelona (1988) constituiu marco expressivo dessa participação lusófona na AIERI/IAMCR. Mais de uma dezena de brasileiros compareceu ao evento, dos quais três, cujas comunicações, escritas em inglês, foram incluídas nos anais do evento (Pares i Maicas, 1988). Até então, apenas duas línguas mereciam reco-

nhecimento da associação – inglês e francês. Foi justamente em Barcelona que o espanhol se tornou língua oficial.

Mas o congresso seguinte – Bled (1990) – contou com 25 comunicações de brasileiros (Marques de Melo, 1991), credenciando o Brasil para sediar o congresso seguinte (Guarujá, 1992). Até aquela altura, a participação portuguesa era residual ou nula, tendo em vista a natureza recente dos estudos comunicacionais em universidades lusitanas. Mas notou-se ali a presença galega, ensejando um protocolo de intercâmbio entre São Paulo e Santiago de Compostela.

A comunidade mundial da área de conhecimento da Comunicação já se reuniu três vezes no espaço lusófono. Depois do congresso do Guarujá, a IAMCR voltou ao Brasil em 2004 para realizar o congresso de Porto Alegre. E Braga se converteu em cenário do congresso de 2010.

Sabemos que investigadores das ciências da comunicação encontram-se dispersos por muitos países e em todas as regiões do planeta, num processo singular de consolidação de suas instituições acadêmicas e profissionais, no quadro das revoluções científicas contemporâneas. Dessa maneira, estão criadas, no âmbito internacional, condições favoráveis ao intercâmbio dos investigadores lusófonos com os seus pares estrangeiros, interessados em estudos comparativos ou cooperativos. Mas logo vamos percebendo que se trata de ponte muito estreita e que pouco favorece o tráfego em mão dupla.

Tendo vivenciado “por dentro” a dinâmica da comunidade e a complexidade de um congresso internacional, não me foi difícil notar a muralha representada pela hegemonia anglófona no seio dessa comunidade acadêmica internacional. Não se trata de comportamento premeditado ou ostensivo, mas de atitude em certo sentido orgânica, quase dissimulada. Ela se confirma na literatura internacional legitimada, por exemplo, no aclamado manual de *Teoria da Comunicação de Massas*, de autoria de Dennis McQuail. Os autores referenciados são exclusivamente anglófonos e os autores consultados restritos às cinco nações do Norte que instituíram o paradigma ocidental do conhecimento científico – Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Estados Unidos (Santos, 2007) –, ignorando ostensivamente as contribuições do Sul. Pensadores como Paulo Freire, Antonio Pasquali, Martin Barbero, Verón, Beltrán ou Kaplun são omitidos ou excluídos.

Apesar da projeção conquistada pelo Brasil, figurando no *ranking* de Braga como o país com maior volume de *papers* selecionados, depois de ter

sido o segundo país nos *rankings* de Guarujá, Sydney e Glasgow, o diálogo com os nossos pares de outras geografias não flui satisfatoriamente, não obstante o fato de boa parcela dos *papers* brasileiros ter sido apresentada em inglês, a língua franca da comunidade acadêmica. A interação possível, naquelas oportunidades, se deu com os segmentos francófonos ou hispânicos, cuja proximidade cultural nos atraía mutuamente e cujo isolamento intelectual nos tornava mais solidários.

Logo depois do congresso mundial do Guarujá, foram promovidas em São Paulo reuniões binacionais entre pares que se comunicam sem necessidade de tradução. Tal iniciativa foi posteriormente replicada, com a participação de outros países – Itália, Inglaterra, Dinamarca, Espanha, Portugal, Canadá, Estados Unidos e China. Dessa maneira, tínhamos julgado que continuávamos a incentivar a presença de delegações brasileiras nos congressos bienais da IAMCR. Mas logo percebemos que o espaço da associação reduzia-se, cada vez mais, aos pesquisadores fluentes em inglês, motivados pelos temas de uma agenda sintonizada com a ótica dominante na vanguarda que gira em torno da órbita anglo-americana.

Outra evidência contundente foi a criação de uma espécie de “gueto hispânico” nos congressos bienais da AIERI. Respeitando o dispositivo estatutário de que o espanhol é também língua oficial da associação, os responsáveis pela programação das atividades segmentaram os trabalhos inscritos em cada seção ou grupo de trabalho, isolando, no fim de cada jornada, aqueles escritos em espanhol. Após o intervalo, quando os grupos retornaram aos recintos onde estavam reunidos, percebeu-se que somente ficaram os hispano-falantes. Os demais se retiraram discretamente.

Estratégias

Torna-se cristalina, portanto, a necessidade de espaços nos quais os pesquisadores que possuem afinidades culturais possam se reunir e dialogar sobre o avanço do saber comunicacional. O exemplo mais interessante é o dos países nórdicos. Eles formaram o Nordicom, valendo-se do inglês como língua franca. No caso ibérico, sequer precisamos recorrer a um idioma-ponte, tendo em vista que o espanhol e o português são facilmente compreensíveis pela leitura e o *portunhol* funciona naturalmente como artifício de expressão oral.

Mais forte do que o argumento da operacionalidade comunicativa é o da contiguidade simbólica, pois vivemos em sociedades que possuem relações econômicas, políticas e culturais mais próximas do que as decorrentes de outras articulações geopolíticas. Por que não potencializar esses fatores convergentes para constituir uma comunidade iberoamericana de ciências da comunicação? Com que argumento? O dos ventos que sopram favoravelmente. Eles evidenciam uma série de fatores sinérgicos.

A celebração do bicentenário da independência nacional nos países antes dominados por lusitanos e castelhanos na América constituiu momento propício para cicatrizar as feridas remanescentes do período colonial. Chegou então o momento de sacudir a poeira histórica, estancando as tristezas do passado para embalar as alegrias do futuro. Se fizermos um inventário das conquistas geopolíticas que ocorreram nos últimos duzentos anos na Ibero-América, vamos observar que percorremos trajetórias semelhantes na periferia do capitalismo. Da mesma forma que a América Latina sofreu a marginalidade típica do subdesenvolvimento gerado pelo pacto colonial, a Península Ibérica amargou o ostracismo a que são condenados os impérios decadentes, convertidos em satélites das potências hegemônicas.

Essa condição de mútua subalternidade, durante o século XX, de certo modo reaproximou as comunidades acadêmicas desta megarregião, que se mostraram capazes de ultrapassar mágoas históricas e ressentimentos contemporâneos, engendrando formas de cooperação solidária. Nas crises de escassez de trabalho e de penúria alimentar, foram acolhidos, tanto na América Latina, como na Península Ibérica, contingentes migratórios, bem como nos momentos de déficit democrático foram asilados perseguidos políticos e dissidentes ideológicos. E agora que este espaço geocultural se defronta com o imperativo da globalização econômica, nada mais plausível que a formação de aliança estratégica no sentido de garantir espaço próprio na geografia planetária. Em vez de gravitar secundariamente em torno de eixos aleatórios, procura-se agora praticar a solidariedade política e a cooperação econômica, de modo a favorecer uma órbita cultural própria.

A fisionomia multicultural do processo de globalização pressupõe a união dos “povos parentes”, no sentido de preservar “identidades” que garantam a ocupação de espaços na geografia do mundo novo. Superar os ódios e os preconceitos enraizados no passado constitui o primeiro passo

para a cooperação duradoura. Nesse sentido, vale a pena reproduzir a oportuna lição de Chacon:

O nacionalismo é bom servo e mau senhor. Só deve ser defensivo, pragmático, autolimitado instrumento, nunca um fim em si mesmo. O melhor é o universalismo (inter)nacionalista e (inter)regionalista, respeitador das diferenças, rumo à eqüitativa divisão internacional do trabalho baseada em custos competitivos e socialmente complementares; não apenas integração dos sistemas mundiais de produção e comercialização por cima das fronteiras e sim também livre trânsito de pessoas e informações. (...) Não se pode privilegiar impunemente o passado, o passado passou, o que fica é o legado, saudades só as do futuro... (Chacon, 2005: 39)

Em função disso, nada mais útil do que sua recomendação estratégica:

Espanha e Hispano-América, Portugal e Brasil vivem em mundos diferentes, têm objetivos próprios, são mundos diferentes cada vez mais pelas diferentes composições internas e externas que assumem. Cumpre buscar novos reencontros, outras convergências. (*Ibidem*, 2005: 15)

Finalmente, é importante recordar seu recado particular aos intelectuais lusófonos:

A lusofonia é fundamental para a identidade nacional interna de Portugal, Brasil, afro-lusófonos e timorenses diante dos vizinhos e do mundo. Lusófonos e hispanófonos precisam aprender a língua do outro, até se tornarem bilíngües, trilingües com o inglês hoje, mais adiante com o idioma do próximo co-hegemônico, porque não se deve aceitar a unilateralidade. Quanto mais culturas, em geral, se conhecerem, tanto menos se estranharão e entrarão em conflito. (...) Não só as etnias, mas também os idiomas e as culturas não podem ser excludentes, xenofóbicos. (*Ibidem*, 11)

No plano acadêmico, a correlação de forças mostra-se favorável à constituição de uma comunidade acadêmica ibero-americana. Algumas evidências saltam à vista. A superação dos antagonismos regionalistas que distanciaram as comunidades habitantes dos espaços lusitanos e hispânicos permitiu, no

início do novo século, a formação de comunidades acadêmicas nacionais. Portugal adiantou-se, principalmente pela ausência do componente linguístico, que continua a perdurar na Espanha. O fato de o português dominar todo o território nacional facilitou imensamente a criação e consolidação da Sopcom. Aglutinando pesquisadores da capital e das províncias, essa nova entidade ganhou legitimidade no processo de intercâmbio com o Brasil e com os países africanos de expressão lusitana. Depois resgatou seus laços com a vizinha Espanha, promovendo colóquios ibéricos².

O caso espanhol é mais complexo, não apenas porque se trata de uma constelação de comunidades autônomas, onde vigora o plurilinguismo, mas em virtude da tensão política, herança da guerra civil, que o regime democrático não conseguiu sepultar. A tutela das universidades renomadas em relação às instituições emergentes ainda causa fissuras no relacionamento acadêmico. Todavia, o realismo político prevaleceu oportunamente, conduzindo ao Pacto de Sevilha, quando os decanos da comunidade de ciências da comunicação concordaram em estruturar a *Asociación Española para la Investigación de Comunicación* /AE-IC. O processo se completou em fevereiro de 2008, quando se reuniu o primeiro congresso nacional, sob as bênçãos de Santiago de Compostela, seguidos por outros encontros nacionais, realizados em Málaga (2010), Tarragona (2012) e Bilbao (2014).

Foram criadas, portanto, as condições mínimas para a formação de uma confederação ibero-americana de ciências da comunicação, capitalizando o legado acumulado pelos nossos pioneiros. A integração das universidades europeias ao Protocolo de Bolonha pressupõe cooperação internacional com os “países parentes” e com os “vizinhos próximos ou distantes”. O diálogo com os parentes exige o aprendizado do português e do espanhol como segunda língua estrangeira, sem minimizar a aprendizagem da língua inglesa. Dessa maneira, será possível, a curto prazo, criar fluxos de circulação das publicações nas duas línguas.

Como estratégia de ocupação de espaços na comunidade mundial torna-se indispensável que as vanguardas acadêmicas dominem o inglês para se comunicar fluentemente. Enquanto isso, o conjunto da comunidade pode se reunir nos Congressos da Confibercom, para intercambiar conhecimentos, sem pretensões de hegemonia, de parte a parte. É sem dúvida um espaço

2 Sobre a Sopcom, ver www.sopcom.pt

que pode se transformar numa espécie de fórum para aglutinação tática, no sentido de ser alcançada a unidade por meio dos objetivos estratégicos já referidos. O que não tem sentido é continuar uma guerra surda pela conquista de adesões pessoais ou grupais. A partir daí será possível chegar a porto seguro que nos garanta presença significativa na geografia planetária, comunicando amplamente a riqueza de nossa diversidade cultural.

Passo importante foi dado na Ilha da Madeira, de 16 a 19 de abril de 2009, onde foi gestada a integração de todas as associações nacionais e regionais em uma federação ibero-americana de ciências da comunicação, criando sinergia para defender os interesses comuns no seio da comunidade mundial. Visando intervir de forma consequente na arena global, foram organizados o I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, na cidade de São Paulo, no período de 3 a 6 de agosto de 2011, e também o II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, na cidade de Braga, no período de 13 a 16 de abril de 2014³. Trata-se de iniciativa destinada a reunir forças para ocupar os espaços institucionais a que esta megaregião geoestratégica ambiciona legitimamente.

Referências

- ANDRADE, M. C. (2002). *Globalização e identidade nacional*. Recife: Bagaço.
- BALSEMÃO, F. P. (1996). Desordem informativa mundial. In: M. Ledo (org.). *Comunicación na Periferia Atlântica* (pp. 30-46). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- BELTRÃO, L. (1980). *Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez.
- BOLAÑO, C. (1999). Economia política, globalização e comunicação. In: C. Bolanõ (org.). *Globalização e regionalização das comunicações* (pp. 73-96). São Paulo: EDUC.
- BRAUDEL, F. (1989). *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes.
- CARDOSO, F. H. & Soares, M. (1998). *O mundo em português*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO Alves (s.d. [1870]). O livro e a América. In *Poetas românticos brasileiros*, vol. I. São Paulo: Editora Lumen.

3 Tanto sobre a Confederação das Associações Científicas e Acadêmicas (Confibercom), como sobre os seus Congressos, ver <http://confibercom.org/>

- CHACON, V. (2005). *A Grande Ibéria*. São Paulo: Edunesp.
- CHACON, V. (2002). *O futuro político da Lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- CERVO, A. (2000). *Depois das caravelas*. Brasília: EdUnB.
- FREYRE, G. (1975). *O brasileiro entre os outros hispanos*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREYRE, G. (1973). *Além do apenas moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREYRE, G. (1971). *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo: Nacional.
- HACHTEN, W. (1989). *El prisma mundial de las noticias*. México: Prisma.
- HOBBSAWN, E. (1995). *Era dos extremos*. São Paulo: Cia. das Letras.
- HUNTINGTON, S. (1997). *O choque de civilizações*. São Paulo: Objetiva.
- IANNI, O. (1995). *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARQUES de Melo, J. (2010). *Comunicación Multicultural en Iberoamérica*. São Paulo: Confibercom.
- MARQUES de Melo, J. (2009). *Entre el saber y el poder*. Sevilla: CS.
- MARQUES de Melo, J. (2008). *História política das ciências da comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad.
- MARQUES de Melo, J. (2003). *História do pensamento comunicacional*. São Paulo: Paulus.
- MARQUES de Melo, J. (1999). Indústria cultural lusófona. In: Bolaño, C. (org.). *Globalização e regionalização das comunicações* (pp. 98-114). São Paulo: EDUC.
- MARQUES de Melo, J. (1995). Uma comunidade cultural sem fronteiras físicas ou tecendo a identidade cultural luso-afro-brasileira. *Comunicação & Sociedade*, 23 (pp. 3-14). São Bernardo do Campo: Editora Metodista.
- MARQUES de Melo, J. (1993). *Communication for a New World*. São Paulo: ECAUSP.
- MARQUES de Melo, J. (1991). *Communication and Democracy*. São Paulo: ECAUSP.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (org.). *Língua portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC - IP-PUC.
- MARTINS, M. L. (2011). *Crise no castelo da Cultura: das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- MARTINS, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico: In Martins, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 79-87). Porto: Campo das Letras.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In: M. Ledo (org.). *Comunicación local no espazo lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom.
- MATTELART, A. (2005). *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola.
- MC LUHAN, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Nacional.

- MIÈGE, B (1999). A multidimensionalidade da comunicação. In: C. Bolaño (org.). *Globalização e regionalização das comunicações* (pp. 13-28). São Paulo: EDUC.
- ORTIZ, R. (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- PARES i Maicas, M. (1988). *Communicació Social i identitat cultural*. Barcelona: UAB.
- PIM, J. E. & Kristensen, B. (2007). Comunicação Lusófona: conceitos, atores e estratégias. In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 17-42). Porto: Campo das Letras/CECS.
- ROCHA, P. M. & Sousa, J. P. (2008). *Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital. Brasil e Portugal*. Porto: Edições UFP.
- TREMBLAY, G. (1996). La sociedad de la información. In: M. Ledo (org.). *Comunicación na Periferia Atlântica* (pp. 31-38). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.